

DA ONGENIZAÇÃO DA LUTA À CONSTRUÇÃO DE ESCALAS ESPACIAIS MAIS AMPLAS DE AUTONOMIA: O desafio da assessoria técnica popular hoje

Francine F. B. Cavalcanti¹
Carolina Silva Sapucaia²
Luana Figueiredo de C. Oliveira³

Resumo

Na perspectiva do desafio atual de novos caminhos para a assessoria popular, esse artigo busca compreender o processo de reestruturação do novo ciclo capitalista no Brasil diante da financeirização e globalização do capital, enquanto processo que arrefeceu as principais lutas sociais brasileiras. A partir das reflexões do jornalista uruguaio Raul Zibechi, o trabalho parte de uma análise acerca da dinâmica socioespacial da resistência latino-americana, dos últimos 20 anos, focada mais precisamente na compreensão do processo de enfraquecimento do poder de ação e de transformação dos principais movimentos sociais, pautado pela financeirização das lutas e pelas organizações não governamentais. A esquerda brasileira no poder da estrutura do Estado e suas políticas sociais também têm a contribuir nesse processo. Neste sentido, se tentará aprofundar a compreensão sobre o processo de arrefecimento das lutas sociais a partir da experiência brasileira para refletir sobre o papel da assessoria técnica popular hoje.

Palavras-chave: Organizações Não Governamentais - Movimentos Sociais - Assessoria Técnica Popular.

Introdução

A crise política, econômica e ideológica a qual está submetida a população mais vulnerável da América Latina, nas últimas décadas, seja no campo ou na cidade, representou uma agudização da violência do modo de produção capitalista sobre os territórios de pobreza, promovendo uma série de violações de direitos humanos, perdas de direitos trabalhistas e previdenciários, esgotamento e degradação de recursos naturais. Além disso, agiu fortemente na desregulação da economia, gerando desemprego massivo, repressão sindical, favorecimento dos ricos e privatização dos bens públicos, colocando a luta como única alternativa de sobrevivência e transformação social.

A experiência latino-americana traz, assim, um panorama político contraditório e perverso, marcado por um processo de acumulação capitalista intenso, associado à entrada dos partidos de esquerda na estrutura dos Estados. De um lado, o processo de

¹ Geógrafa, Chefe de Habitação e Regularização Fundiária, Secretaria do Patrimônio da União na Bahia. E-mail: f_cavalcanti@hotmail.com

² Geógrafa, bolsista no Projeto GEFMAR – Áreas Marinhas Protegidas – ICMBio/ Resex Canavieiras. E-mail: carolina.sapucaia@gmail.com

³ Arquiteta, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. E-mail: lfigueiredo.arq@gmail.com.

redemocratização pós-ditaduras, evidenciou a fragilidade institucional da democracia nos governos latino-americanos (e seus aparelhos de Estado), diante da forte corrente globalizada neoliberal com a retirada progressiva de direitos da classe trabalhadora.

Por outro, o acesso de partidos de esquerda na estrutura do Estado Democrático Burguês expôs as dificuldades dos mesmos de acessar as fissuras do Estado e as possibilidades de fazê-lo ruir. Não raro, a postura destes partidos foi de rebaixar seus programas eliminando o horizonte socialista e amoldando sua perspectiva a políticas de aliança com a burguesia, ao passo que garantia a elegibilidade, se distanciava dos anseios da base eleitoral.

O exemplo do Brasil, neste contexto, trouxe mudanças associadas ao enfraquecimento dos espaços de democracia direta de deliberação dos processos mais amplos da política nacional, ao mesmo tempo em que se institucionalizaram as lutas por garantias de direitos, que num contexto neoliberal de encolhimento da estrutura do Estado, acabou por representar o deslocamento gradativo de suas responsabilidades para o Terceiro Setor, se isentando progressivamente do seu papel garantidor de direitos.

Entendendo o Terceiro Setor enquanto o universo das organizações sem fins lucrativos, e as organizações não governamentais (ONGs), por sua vez, enquanto agentes interlocutores de lutas e mobilizações de movimentos sociais, de base social ampla e heterogênea, constituída principalmente por desempregados, empregados das cidades e do campo e povos tradicionais de diversos grupos e etnias, solidamente organizados ou de forma incipiente, a experiência brasileira nos mostra que ao absorver o papel e as funções do Estado na promoção das políticas sociais, as ONG's acabaram por reproduzir também seus processos de dominação.

O presente trabalho pretende, neste sentido, refletir sobre o desafio do papel da assessoria técnica a movimentos sociais no recorte socioespacial brasileiro, e mais especificamente, na conjuntura atual. Partindo, assim, da crítica à institucionalização das lutas no contexto neoliberal enquanto entrave à mobilização social e da compreensão das políticas sociais promovidas pelo Estado Democrático de Direito como substancial dos novos processos de dominação, se pretende refletir o papel da assessoria técnica popular hoje: Qual é o papel da assessoria técnica dentro destes marcos?

A primeira parte, assim, buscará compreender o processo de enfraquecimento do poder de ação e de transformação social dos principais movimentos sociais a partir da análise

latino-americana de Raul Zibechi. Conduzido pelo horizonte político deste jornalista uruguaio, mas também orientado por referências em HARVEY, (2004), percebemos traços comuns de enfraquecimento dos movimentos sociais entre os territórios de resistência latino americanos, associados ao processo de financeirização das lutas pelas ONGs e à perda dos espaços de exercício de democracia direta.

Esta etapa do trabalho se propõe, assim, a apresentar quatro circunstâncias favoráveis ao enfraquecimento do poder de ação e de transformação social dos principais movimentos sociais na América Latina nas últimas décadas, associadas, por ZIBECHI, (2011), à caminhos de dominação perpetuada pela tríade: Estado-ONG-iniciativa privada.

Já a segunda parte se deterá em aprofundar a análise da conjuntura brasileira de reestruturação capitalista do “*Brasil Potência*”, (ZIBECHI, 2012), ao estancamento e retrocesso das lutas sociais, a partir dos aspectos estruturantes de dominação apresentados anteriormente no contexto latino americano.

A última etapa buscará refletir sobre os limites da atuação das assessorias populares em sua proposição de transformação social, no que versa a contribuição para a organização e luta dos movimentos sociais. Partimos da defesa de uma atuação que supere a concordância de que o horizonte possível de conquistas na ordem burguesa atual seja a adoção de políticas sociais que busquem melhorias, mas que mantém como mote a aceitação de padrões de dominação de classes, de raça e de gênero, de poder deliberativo de decidir sobre a política. Para obter de fato conquistas sociais através de políticas públicas é necessário que estas contribuam para a ampliação da capacidade das classes exploradas transformarem a realidade e serem sujeitos ativos da construção de novas possibilidades de produção da vida pública e privada.

Neste sentido, o horizonte político de análise a ser desenvolvido no presente trabalho tem como premissa fundamental o tensionamento da função das políticas públicas nos territórios de resistência. É só rompendo com a identificação com o Estado Democrático de Direito nos grupos de população objeto das políticas sociais que se é possível produzir relações e processos de transformação social que visem à construção de escalas mais amplas de autonomia.

É por uma atuação da assessoria técnica popular que busque construir escalas mais amplas de autonomia das lutas sociais que as autoras do presente trabalho se pautam para enfrentar o desafio posto.

A produção socioespacial da resistência Latino Americana em tempos da reestruturação neoliberal do capitalismo: avanços, transformações e retrocessos das lutas

Uma das mais notáveis características do último século de lutas sociais na América Latina foi a ruptura com os modos e formas de fazer do movimento sindical, que até as décadas de 60/70, ocupava um lugar hegemônico nas práticas políticas de resistência dos oprimidos. Até então, os trabalhadores organizados eram não somente a principal força de resistência ao capital, como também a principal referência e modelo a seguir das lutas do campo popular, influenciando tanto na organizações rurais quanto estudantis.

Os sindicatos, enquanto instituição representante da classe trabalhadora, era a base estruturante da social-democracia⁴ e da política do Bem Estar Social⁵. A esquerda do pós 2ª Guerra Mundial operou dentro e de acordo com a democracia liberal, sob o argumento de transformação social paulatina, acreditavam que a transição para uma sociedade socialista deveria ocorrer sem uma revolução, mas sim por meio de uma gradual reforma legislativa do sistema capitalista a fim de torná-lo mais igualitário, princípios da social-democracia e do Bem Estar Social, (SAFATLE, 2017).

Neste sentido, com base em SAFATLE, (2017) e ZIBECHI, (2011), compreender a crise do modelo sindicalista, que era, até os anos 60/70, referência de prática de luta social, passa por entender que o sindicalismo é operado por uma lógica estadocêntrica tanto do ponto de vista da organização interna como das demandas que apresentavam, que sempre aspiravam resolução a partir da intervenção do Estado.

⁴ A social-democracia é uma ideologia política que apoia intervenções econômicas e sociais do Estado para promover justiça social dentro de um sistema capitalista, e uma política envolvendo Estado de bem-estar social, sindicatos e regulação econômica para promover uma distribuição de renda mais igualitária e um compromisso para com a democracia representativa, (AMARAL, 2017).

⁵ Bem Estar Social - organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda a vida e saúde social, política e econômica do país, em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes de acordo com o país em questão. Cabe, ao Estado do bem-estar social, garantir serviços públicos e proteção à população, (SCHUMPETER, 1908-9).

“El modelo sindical se asienta en la representación de los trabajadores, es decir, en su ausencia, en su relegación a un rol pasivo, cuestión que debilita al movimiento al colocarlo como mero instrumento de sus demandas” (ZIBECHI, 2011, p. 54).

Dois aspectos causaram a crise do modelo sindical de organização e proposta política, relacionada ao vínculo estadocêntrico: a reestruturação capitalista pautada na ‘acumulação via espoliação’ (HARVEY, 2004), e a fuga da burguesia latino americana ao projeto ‘integrador’ e ‘nacional-desenvolvimentista’ do Bem-Estar Social.

O conceito de ‘acumulação por espoliação’, neste trabalho pautado em HARVEY, (2004), evidencia a íntima relação e o definitivo comprometimento do Estado capitalista com a dinâmica de reprodução do capital, não se limitando às ações que garantem o fluxo da produção e circulação de mercadorias, como também se portando enquanto um agente econômico responsável por suplantar tais processos ⁶.

Através de aspectos como a privatização de serviços públicos, e a mercadificação da vida, em que o ser humano na sociedade é percebido apenas como um consumidor, direitos civis são sucateados (trabalhistas e previdenciários, saúde, educação, habitação, etc).

A financeirização, administração e manipulação das crises do capital, com redistribuições via Estado completam o ciclo do projeto neoliberal de ‘acumulação via espoliação’, alinhado com o declínio dos direitos sociais em escala global, resultado do crescente apoio estatal ao capital financeiro. Trocando em miúdos, trata-se de uma série de ataques aos direitos sociais historicamente conquistados, da precarização da vida e desarticulação de processos de luta.

Já o aspecto da fuga da burguesia latino americana ao projeto ‘integrador’ e ‘nacional-desenvolvimentista’ do Bem-Estar Social se assenta na compreensão de que na época auge do movimento sindical, entre os anos 1960/70, outros sujeitos políticos recompõem as forças dos coletivos sindicais: mulheres, jovens operários, etc.

Essa recomposição de forças é que permite às lutas da década de 1960 neutralizar a organização do trabalho taylorista e fordista. Em breves linhas, a organização do trabalho

⁶ *“O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significa tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. (...)) tem aberto em anos recentes, amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado” (HARVEY, 2004, p.124).*

taylorista e fordista, desenvolvidos por Frederick W. Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1863 – 1947), visavam à racionalização extrema da produção e, conseqüentemente, à maximização da produção e do lucro.

A época auge do movimento sindical, neste contexto, com a pluralização da identidade do operário reivindicando por direitos e neutralização da organização taylorista e fordista da fábrica, promove uma virada histórica das lutas de classe frente ao capitalismo. Zibechi nos mostra que a virada de classe se deu em vários países latino americanos, intensificando aguda desindustrialização e reprimarização do aparato produtivo, (ZIBECHI, 2011, p. 54). A reprimarização, conceito da economia, que significa a valorização dos produtos primários, minérios e agrícolas, somado ao intenso processo de desindustrialização, traz para os principais países da América Latina, grandes taxas de desemprego, crescente marginalização dos setores populares urbanos e deslocamento da população camponesa para as periferias urbanas, reconfigurando o papel do conflito social, da fábrica para o conjunto da sociedade.

As transformações socioespaciais das lutas junto com a reação das classes dominantes dos países latino americanos, ao apoiar o novo modelo neoliberal pautado na ‘acumulação via espoliação’, traz para o continente uma reconfiguração socioespacial da resistência, emergindo uma nova realidade social, cultural e política de organização e prática dos movimentos dos oprimidos, nos fins do século XX.

Os “novos” movimentos, principalmente a partir da década de 1970, foram se insurgindo a partir dos novos sujeitos e práticas políticas que foram rompendo com o modelo sindicalista de luta, na esteira do calor da recomposição/reestruturação do capital produtivo em capital financeiro. Surge o mundo dos “sem”, os “sem trabalho”, os “sem terra”, os “sem teto”, os “sem direitos”, que só conseguiram um ‘lugar’ na construção política a partir de uma ação coletiva entre eles, (ZIBECHI, 2011, p. 60). O jornalista uruguaio chama a atenção para esses sujeitos do mundo dos “sem”, nascidos em condições extremamente duras e na contracorrente das tradições hegemônicas e regidos por regimes autoritários, mas que acabaram ocupando um lugar central no cenário latino americano da resistência capitalista na década de 1990, protagonizando grandes eventos que modificaram a correlação de forças na escala continental. Esses novos sujeitos formaram uma geração de organizações que tensionaram o *status quo* capitalista à época, radicalizando a luta política na escala da ‘ação direta’, campo de força micropolítica de análise, intrinsecamente relacionado à uma dimensão

de democracia exigida à próprios punhos e na prática cotidiana, (CAVALCANTI, 2013, p. 19).

Aqui se valoriza a perspectiva socioespacial de SOUZA, (2006), por contribuir no reconhecimento da análise sobre a dimensão da ‘ação direta’, uma vez ser nela, e a partir dela, que se estabelecem, se fortalecem, se constroem relações entre a ação social e sua espacialidade, elementos fundantes para entender a diferença entre a democracia nos marcos do ‘Estado Democrático de Direito’ e a que almejam o pensamento e a práxis libertária, horizonte utópico que se assenta o presente trabalho, (SOUZA, 2006).

Graças à profunda relação de pertencimento ao território, enfatizada pela identidade política e cultural da garantia do território como direito, o papel destacado às mulheres, aos empreendimentos produtivos, de educação e saúde, à capacidade de formar seus próprios dirigentes e o emprego da luta no campo político da ‘ação direta’, a população socioeconomicamente mais vulnerável da América Latina conseguiu tecer laços profundos de relações socioespaciais não capitalistas, nos territórios de seu domínio. Dos Zapatistas em Chiapas, os Sem-Terra no Brasil, os movimentos indígenas e camponeses paraguaios, aos Piqueteros argentinos, esses novos ‘sujeitos-movimentos’ como denomina Zibechi, são todos descendentes diretos das organizações e eventos da década de 1970.

Quadro 1: Os novos ‘sujeitos-movimentos’ da América Latina (1970-1980)

ANO	NOME/PAÍS	CARACTERÍSTICAS	PROCESSO
1970	ANUC / Colombia	Camponesinos	
1971	Toma en Villa / El Salvador, Perú	Migrantes Andinos	Movimentos Urbanos
1971	CRIC / Colombia	Indígenas Nasa de Cauca	ONIC 1982
1972	ECUARUNARI / Ecuador	Confederação Quechua	Movimento indígena
1973	Manifiesto Tiahuanaco / Bolivia	Aymaras alfabetizados	Katarismo
1974	Congresso São Cristóvão / Chiapas	Várias etnias indígenas	EZLN 1994
1977	As Mães da Praça de Maio / Argentina	Urbano, Direitos Humanos	Movimentos Sociais
1978	CUC / Guatemala	Camponesinos indígenas	
1979	Ocupação Fazenda Macali / Brasil	Camponesinos sem-terra	MST 1983
1979	CSUTCB / Bolivia	Camponesinos indígenas	

1980	MCP / Paraguai	Campeiros sem-terra	Movimento Campesino
1980	CONAIE / Equador	Nacionalidades indígenas	Movimento Plurinacional

Legenda: ANUC: Associação Nacional de Usuarios Campesinos; CRIC: Conselho Regional Indígena de Cauca; ECUARUNARI: Equador Runakunapak Rikcharimuy; CUC: Comitê da Unidade Campesina; CSUTCB: Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia; MCPO: Movimento Campesino Paraguai; CONAIE: Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador. **Fonte:** ZIBECHI, 2011, p. 59

A década de 1990 foi um período de triunfo desses principais movimentos sociais. Desestruturaram os principais governos neoliberais e impuseram uma nova correlação de forças nos principais países do continente, através de práticas como interdição de ruas em massa, como foram as da Venezuela em 1989 e 2002, Equador em 1997, 2000 e 2005, Argentina em 2001, Bolívia em 2000, 2003, 2005 e 2008, Paraguai em 1999 e 2002, Peru em 2002, e grandes mobilizações no Brasil, México e Colômbia, que foram sistematicamente encabeçadas pelos movimentos acima apontados ⁷.

As ocupações em massa das terras urbanas e rurais tensionaram os Estados latino americanos para garantir políticas que assegurassem o acesso à terra e à casa própria como direito humano. O triunfo desses movimentos está relacionado, assim, à importância decisiva de uma ampla constelação de organizações e coletivos do campo popular, porque traz para o centro do cenário político-social o protagonismo de novos sujeitos: os marginalizados, os subalternos, os excluídos.

Eso quiere decir que ya no se puede hacer política sin tener en cuenta a los movimientos de los de abajo. Desde el punto de vista político estratégico y también teórico, este viraje en las luchas sociales impone discutir el concepto de movimiento social y distinguirlo claramente de las organizaciones sociales (ZIBECHI, 2011, p. 61 e 62).

Os movimentos sociais apresentados no Quadro I, (p.8), se tornam os protagonistas das lutas sociais latino americanas, levando seus Estados a desenhar novas formas de controle através da governabilidade. O autor aponta que a cada tensionamento do *status quo* capitalista pelos movimentos “dos de baixo”, o sistema capitalista precisa se reorganizar para manter a sua estabilidade, e portanto, sua continuidade.

Nesta perspectiva de reestruturação capitalista, o início do século XXI é marcado pela ascensão da esquerda no poder do Estados Democráticos latino americanos: Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, Lula no Brasil em 2002, o Nestor Kirchner na Argentina em 2003,

⁷ Mais detalhes sobre protestos e manifestações latino americanas *vide* ZIBECHI, 2011, p. 60-62.

Tabaré Vázquez no Uruguai em 2004, Evo Morales na Bolívia em 2005 e Rafael Correa, no Equador, em 2006. Abriram-se processos de luta contra a pobreza e a miséria no continente mais desigual do mundo, mesmo com esses governos recebendo como herança recessões profundas e prolongadas, sociedades mais desiguais, Estados mais enfraquecidos.

Mas a ascensão da esquerda latino-americana marca também um novo ciclo de acumulação capitalista como jamais visto no século anterior, uma acumulação pautada na exploração intensa dos bens comuns: água, minérios e hidrocarbonetos, monocultivos da soja, cana de açúcar, pecuária, celulose⁸.

A relação entre a reestruturação capitalista latino-americana do início do século XXI e a ascensão da esquerda nos Estados Democráticos destes países acabam por condicionar o refluxo de diversos movimentos sociais. Neste sentido, compreender e aprofundar a relação citada se torna vital para atender aos objetivos do presente trabalho, uma vez que a reflexão sobre o papel da assessoria técnica popular que se pretende aqui, passa acima de tudo pela preocupação em identificar os caminhos de dominação das lutas para evitá-los e tensioná-los nos territórios de resistência.

O recorte socioespacial adotado pelas autoras se assenta, mais uma vez, no aporte metodológico do uruguaio Raul Zibechi por identificar quatro circunstâncias estruturantes na América Latina, favoráveis à dominação das lutas sociais, já pontuadas superficialmente até o presente momento.

Apresentamos, assim, rapidamente, as quatro circunstâncias observadas pelo autor, para na segunda etapa e a partir delas, poder se dedicar à uma análise mais pormenorizada da experiência do “*Brasil Potência*” e arrefecimento das lutas sociais neste país, (ZIBECHI, 2012). Lembramos também, que as circunstâncias apresentadas são ideias transversalizantes, de fato que sugerimos ao leitor considerá-las de forma intrínsecamente relacionadas. São elas:

1) A ascensão econômica dos Estados pautados na exploração intensiva dos bens comuns: água, minério, soja, cana de açúcar, eucalipto, celulose, etc: acumulação ‘via espoliação’ intensificada por recursos públicos do mundo financeiro.

2) Maior legitimidade estatal para exploração intensiva dos bens comuns por conta da ascensão dos partidos de esquerda, período político marcado pelo aumento das políticas

⁸ Zibechi cita exemplos de conflitos por acesso à terra e direitos humanos decorrente do intenso processo de exploração dos bens comuns em ZIBECHI, 2011, 62-64.

sociais, além da ascensão econômica da população mais pobre, gerando um cenário socioespacial de ‘apaziguamento’ dos conflitos.

3) O cenário de ‘apaziguamento’ dos conflitos gerou grande dificuldade aos movimentos sociais de estruturar estratégias de ação política de médio a longo prazo. Reduziram a capacidade de tensionamento, tanto em relação ao sistema político quanto em relação à organização interna dos movimentos.

4) A falta de visão estratégica promove profundas transformações nos movimentos sociais, em virtude do enfraquecimento dos espaços de democracia direta e fortalecimento dos espaços de hierarquias, pressupostos fixos, fontes de recursos regulares, formação política e técnica própria. A institucionalização e burocratização se consolidam com a afirmação do papel das ONGs na financeirização das lutas, associadas às relações com a governabilidade e com as políticas sociais.

A experiência brasileira: da reestruturação capitalista do “*Brasil Potência*” ao estancamento e retrocesso das lutas

A partir das 4 (quatro) circunstâncias estruturantes de enfraquecimento político dos principais movimentos sociais latino americanos, nas últimas décadas, apresentados na primeira etapa do presente trabalho, se pretende aprofundar, a partir de agora, sobre os desdobramentos da reestruturação capitalista brasileira, promovida entre o fim das décadas de 80 e 90 e fortalecida exponencialmente nos governos Lula (2003-2006/2007-2011) no enfraquecimento das lutas sociais brasileiras, através de um processo denominado por Zibechi de “ongenização das lutas”, (ZIBECHI, 2011, p. 72-83).

1) A reorganização do capitalismo brasileiro graças ao BNDES e fundos de pensão: a formação do Estado-empresa, as multinacionais, o investimento em infraestrutura.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foi criado em 1952 com o intuito de organizar o reaparelhamento econômico do país, de forma a organizar e formular técnicas de projeção para gerir fundos nacionais e internacionais. O objetivo da nova autarquia federal era de ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico.

A instituição passou por diversas transformações e foi o principal agente do processo de industrialização e substituição das importações da década de 1970. A integração das políticas sociais com a política de desenvolvimento e o ajuste no foco dos investimentos ocorreram na década de 1980, quando o S do Social é integrado à sigla.

É nesse período que o conceito de integração competitiva ganha força e o banco gradativamente expande as suas linhas de atuação, incentivando as empresas brasileiras e elaborando estudos e formulações políticas com a prática do planejamento estratégico. Junto a privatização de grandes estatais brasileiras na década de 1990, o banco investiu na descentralização regional em especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, abrindo linhas de atuação junto ao Agronegócio, situação que se amplia e complexifica até hoje.

Zibechi relembra que o BNDES é o responsável por 70% dos financiamentos de longo prazo no Brasil e sua influência atua em todos os setores, sendo capaz de modificar todo um setor produtivo, promover fusões e incentivar a criação de gigantescas empresas monopolísticas. Esse processo é detalhado pelo jornalista nas intervenções para a reestruturação do capitalismo brasileiro, no qual, de acordo com Marcio Pochmann ⁹, o objetivo é criar grandes grupos econômicos com presença de capital privado, Estado e Fundos de Pensão Estatais.

Pochmann sinaliza que no cenário de globalização financeira a escolha do Brasil se inspira na China buscando adentrar no circuito de hipermonopolização do capital. Sendo, aos olhos do economista, a única opção do país participar da construção desses grupos econômicos, tendo no Estado o papel de reorganizador desses grupos para competir com a nova ordem econômica internacional.

Entre 1990 e 2002 foram privatizadas 165 empresas estatais, e a partir de 2004 iniciado o processo inverso onde o Estado recupera o controle de muitas delas, produzindo associações entre o BNDES e os Fundos de Pensão estatais. Dessa forma, durante o Governo Lula, o estado age como um ator de fusões e megaoperações, se tornando sócio ativo nas maiores empresas do país. ¹⁰

⁹ "Marcio Pochmann, miembro del PT, fue director del Instituto de Investigaciones Económicas Aplicadas IPEA y sostiene que desde la crisis de la deuda externa en la década de 1980, Brasil atraviesa el tercer intento de reestructuración capitalista, que ahora consiste en crear grandes grupos económicos con presencia del capital privado, el Estado y los fondos de pensiones de empresas estatales", (ZIBECHI, 2011, p.153)

¹⁰ Em 1996 o BNDES participava de 30 grandes empresas brasileiras. Em 2003, o primeiro ano do governo Lula, já era acionista de 53 empresa. Em 2009 chegou a 90. A esse fato se soma a presença dos fundos de pensão da Petros, Previ y Funcef, e o Estado se faz presente em 119 grandes empresas em 2012. (Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO - 2 de febrero de 2010, *apud* ZIBECHI, 2012, p. 152).

Como exemplo temos a Brasil Foods, fusão da Sadia com a Perdigão, tendo os fundos de pensão e o BNDES como acionistas, tornando a empresa a segunda alimentícia e a terceira exportadora do país. Além da classificação de décima empresa de alimentos da América, controlando 25% do mercado mundial de aves. Nesse mesmo nicho a fusão do Frigorífico JBS Friboi com a Bertin em 2009, garante a presença em 110 países (ZIBECHI, 2012)

A outra vertente de reorganização capitalista brasileira são as grandes obras de infraestrutura, organizadas especialmente pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) lançados em 2007 e em 2010 o PAC 2. Os investimentos se concentram em infraestrutura urbana, transportes, programas de habitação, saneamento, geração e transmissão de energia ¹¹.

O caso emblemático dessa investida é a represa de Belo Monte, projeto proposto na década de 1970, pela Eletronorte, a então chamada usina de Kararaô sofreu forte resistência dos indígenas do Xingu e o projeto foi arquivado. O projeto retorna nos anos de 1990, e ganha concretude nas obras do PAC como represa do Belo Monte com vistas de ser a terceira maior hidroelétrica mundial. Com potencial também para ser um símbolo contestável de consequências sociais, ambientais e econômicas que o crescimento econômico pode trazer. Além do grave impacto ambiental e social nas comunidades tradicionais locais, em especial as indígenas, na área da barragem e ao longo do leito modificado, os estudos técnicos econômicos apontam que usina funcionaria com apenas 40% do seu potencial, em função da variação da vazão e do leito do Rio entre as estações de cheia e estiagem, sendo também um investimento econômico pouco rentável. Entre diversas tentativas ao final se formou o consórcio Norte Energia com nove pequenas empresas e a Companhia Hidroelétrica de São Francisco que pertence ao grupo eletrobras com 49.98%.

¹¹ O investimento nessas grandes obras acontece na forma de licitações, em sua grande parte vinculadas às grandes empreiteiras nacionais conhecidas como a Odebrecht, a Camargo Correa e a Andrade Gutierrez, organizadas em consórcios que contam com o que Zibechi denomina “coalisão de apoio” integrada por grupos econômicos locais, investimentos estatais do BNDES e dos fundos de pensão e as grandes empresas; estruturando a gerência da tríade Estado - Empresas – Sindicato.

Como discutido anteriormente o enfraquecimento e a transformação dos sindicatos, na atual reestruturação do capitalismo brasileiro, gerou uma nova classe dominante, onde os sindicatos são aliados e os maiores interessados nos investimentos dos fundos de pensão ¹².

Para Zibechi a gestão sindical governamental joga um papel decisivo na orientação dos investimentos, criação de conglomerados e decisões empresariais - conformando essa nova configuração do poder. A chamada aristocracia operária, lideranças sindicais, adentram esferas do governo Lula e tem participação nas decisões de gestão dos Fundos. (ZIBECHI, 2012, p. 176).

Dessa forma nas formações de consórcios para as grandes obras do PAC, não apenas de Belo Monte, incluindo as para a Copa do Mundo, os sindicatos terminam por atuar como estruturas de apaziguamento e facilitação à governança, silenciando os conflitos e flexibilizando direitos básicos adquiridos dos trabalhadores. Configuram, assim, uma ruptura com as tendências tradicionais dos sindicatos, diante de uma nova realidade onde estes se enquadram como investidores capitalistas.

"Recordemos que casi la mitad de los cargos de confianza de los gobiernos de Lula y Dilma están ligados al movimiento sindical, ocupados prioritariamente por bancarios, docentes y petroleros, que en su inmensa mayoría provienen de la CUT. Por otro lado, la presencia sindical en los tres mayores (Previ, Petros y Funcef) es decisiva" (ZIBECHI, 2012, p.273).

Como mencionado por OLIVEIRA, (2011), estamos diante de *“uma revolução epistemológica para a qual não temos ferramentas teóricas adequadas”*, (OLIVEIRA, 2011, p.4)

2) *A legitimidade do Estado pela ascensão da esquerda no poder: o papel da ascensão econômica e das políticas sociais na domesticação da luta:*

De acordo com a análise desenvolvida em ZIBECHI, (2011), os governos progressistas que assumem o poder na América latina recuperam a capacidade de ação perdida durante o período neoliberal privatizador. No Brasil, o governo passa a ter maior legitimidade não apenas da camada popular, mas também a aprovação da classe média e alta

¹²“Sindicalistas detêm 43% da elite dos cargos de confiança no governo Dilma”, (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 de diciembre de 2010 *apud* ZIBECHI, 2012, p. 174)

devido a ascensão econômica. As mudanças do quadro governamental integram uma grande participação sindical, partidária e associativa, com a entrada de representantes de diversas entidades e movimentos sociais, através de cargos de confiança na estrutura do Estado.

Graças ao novo ciclo de crescimento econômico do Brasil, ascendendo à potência global, em especial com base na exploração intensiva de bens de uso comum. A partir do governo Lula, no início dos anos 2000, houve um grande crescimento econômico com a volta do poder aquisitivo da classe média e acesso ao consumo de camadas que nunca tiveram essa possibilidade, com o notável crescimento, por exemplo, da classe “C” no Brasil. A classe “E” passa de 35% em 1992, a 28% em 2003 e a 16% em 2008, setor para o qual o programa bolsa família atua. O crescimento da renda per capita cresce 5%, enquanto os programas sociais 21% (NERI, 2009, *apud* ZIBECHI, 2011, p. 65) ¹³

É neste cenário de ascensão social que a população mais vulnerável da sociedade brasileira começa a perder seus princípios e diretrizes nas lutas sociais. Os governos Lula marcam assim a redução drástica das bases sociais das camadas mais pobres dos movimentos, uma vez que ao aumentar sua capacidade de consumo acabam por fazer a luta esperar, independente da manutenção das desigualdades no país. O discurso de redistribuição com crescimento, consegue transformar a desigualdade que seria um freio ao crescimento, incluindo essa população em pobreza absoluta numa camada mínima de consumo, sendo assim economicamente reabsorvida.

Já o papel das políticas sociais consolida a dominação da população mais vulnerável ao se associar ao conceito e diretrizes de combate à extrema pobreza inspirados pela teoria do Banco Mundial. Em poucas palavras, existe uma forte identificação entre as concepções gerais do Banco Mundial e o Liberalismo Econômico. A partir da aceitação do mercado como melhor alocador de recursos na economia e da confiança que esse mecanismo pode gerar benefícios a toda sociedade, inclusive às camadas mais baixas, o conceito de pobre do Banco

¹³ O lulismo consolidou pela primeira vez um sistema mínimo de seguridade social no País e reconstituiu o capitalismo de Estado. Por um certo tempo, ocorreu um processo de inclusão social considerável, 42 milhões de brasileiros experimentaram essa ascensão. O problema é que havia uma data de validade. Foram vários os entraves. Faltou uma política de combate à desigualdade. Ocorreu, na verdade, uma capitalização dos pobres. Este mecanismo não reduz as diferenças e causa um paradoxo: os mais ricos continuam a ganhar muito e acabam por puxar os preços da economia para cima, encarecendo a vida nas cidades, principalmente nas metrópoles. Isso não aconteceu apenas no Brasil. Luanda, em Angola, sofreu do mesmo efeito. Não à toa, entre 2008 e 2014, o valor dos imóveis em São Paulo triplicou. A consequência é que o ganho dos mais pobres é corroído com o passar do tempo. Chega um momento no qual quem está no poder é obrigado a gerir a paralisia, (SAFATLE, 2017).

Mundial é construído como aquele indivíduo que não consegue condições mínimas de sobrevivência, via mercado. Para esse grupo de indivíduos, o melhor remédio seria o desenvolvimento de políticas sociais focalizadas em suas necessidades, ao mesmo tempo em que a orientação da economia para o mercado é intensificada.

A primeira limitação verificada das estratégias de combate à pobreza do Banco Mundial é que a essência de sua preocupação é com a pobreza extrema, uma categoria específica de pobre, aquela que não tem condições mínimas de sobrevivência. Não há, nas propostas do Banco, uma ênfase na diminuição das desigualdades sociais, a menos quando prejudicam o crescimento e a eficiência da economia. Outra dimensão de limitações diz respeito ao papel subsidiário do combate à pobreza com relação ao objetivo central do Banco: o crescimento econômico. O combate à pobreza deve ser compatível com o modelo de crescimento do Banco, contribuindo ainda para sua intensificação.

Neste sentido, as políticas sociais focalizadas na pobreza, juntamente com a prioridade de argumentos de eficiência econômica, produtividade, desenvolvimento e geração de renda, sob noções de direitos sociais universais, acabam por esvaziar e enfraquecer o conceito de cidadania, participação social, autonomia, cidadania, sociedade civil... Contribui, assim, para a ressignificação e fragilidade epistemológica de termos conhecidos na política brasileira.

O modelo de desenvolvimento extrativista brasileiro, já sustentado na primeira circunstância, necessita assim dos governos progressistas, porque são os mais aptos a lidar com a resistência social, uma vez que se origina dela, (ZIBECHI, 2011, p. 178). É neste sentido, também que *as políticas sociais têm resultados muito mais profundos quando coincidem com períodos de crescimento econômico.*” (ZIBECHI, 2011, p. 66). A política de acumulação ‘via espoliação’ precisa ser compensada por políticas sociais que apaziguem os conflitos, porque estruturalmente, a hegemonia do capital financeiro gera exclusão e marginalização da força de trabalho.

Diante disso o jornalista conclui que a escolha do governo Lula por seguir medidas compensatórias de pequena transferência de renda, perpetua a desigualdade, no país mais desigual do planeta, ao invés de desenvolver políticas econômicas estruturantes, como a reforma agrária. (ZIBECHI, 2012, p. 178)

3) A confusão política dos movimentos sociais e da esquerda brasileira.

O cenário de ‘apaziguamento’ dos conflitos gerou grande dificuldade aos movimentos sociais de estruturar estratégias de ação política de médio a longo prazo. Reduziram a capacidade de tensionamento, tanto em relação à organização interna dos movimentos quanto em relação ao sistema político.

Se a redução à capacidade de tensionamento em relação à organização interna dos movimentos se assenta conforme já exposto na 1ª (primeira) circunstância, na ascensão econômica e consequentemente na percepção do cidadão como um sujeito político passivo, reduzido ao seu poder de consumo; esta etapa se propõe a contextualizar o arrefecimento das lutas sociais brasileiras ao sistema político vigente.

Para isso, a escala local do território se faz necessária. O investimento capitalista pautado na exploração dos bens comuns como: o agro e hidronegócio, as grandes monoculturas, as hidrelétricas e obras de infraestrutura, atuam diretamente na escala do território, impactando especialmente as comunidades tradicionais e rurais: povos indígenas, camponeses, pescadores, coletores, quilombolas, populações que estruturam seu modo de vida na relação com a terra, água, floresta e demais recursos naturais. Esses sujeitos são potencializados por ZIBECHI, (2012), por serem a resistência ao modelo capitalista proposto pela 'acumulação via expropriação', não apenas pelas relações de produção, mas também pela resistência cultural e social, sendo foco das insurgências sociais no campo.

Mas o ambiente rural é considerado pelo jornalista o ambiente de lutas socioespaciais brasileiras mais arrefecido.

"El reflujó de las luchas sociales en Brasil afecta a todos los movimientos. Sin embargo, el repliegue general afecta de modo diferente a los movimientos campesinos y rurales que al movimiento sindical. En el campo hay un claro declive de las ocupaciones, los campamentos y la cantidad de personas involucradas, pero crecen los conflictos en torno a la tierra lo que revela una clara ofensiva del agronegócio. En el caso del MST y de todos los movimientos de los sin, no se registran los grados de burocratización que existen en el movimiento sindical ni participan en el bloque que está en el poder. Por el contrario, el MST es el movimiento más atacado y criminalizado por las elites junto a los habitantes de las favelas y las periferias urbanas. Por eso, en este caso no podemos hablar de crisis, concepto que debemos aplicar cuando los fundamentos de un movimiento se desvanecen, sino de reconfiguración o reorientación" (ZIBECHI, 2012, 308)

ZIBECHI, (2012), aprofunda as razões que justificam o arrefecimento da luta no campo, mas para a finalidade do presente trabalho, nos concentraremos na justificativa do autor assentada na reconfiguração e reorientação do Movimento Sem-Terra. Conforme se verifica no Quadro 2, de 2001 a 2011, os conflitos de terra, ocupações e assentamentos rurais, reduzem de forma significativa.

Conflito por Terra entre 2001 e 2011.

	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Conflitos	366	659	777	615	528	275
Ocupações	194	391	437	364	290	144
Assentamentos	65	285	90	48	36	20

Fonte: ZIBECHI, 2012, p. 305

Os dados de arrefecimento da luta pela terra são assim, significativos para a realização do presente trabalho, pois justificam o arrefecimento do tensionamento do *status quo* capitalista, já que é na luta pela terra que se desenvolvem as relações de pertencimento e consciencia política, princípios básicos que se norteia o presente trabalho. Com o enfraquecimento da luta pela terra somada a ascensão econômica e políticas sociais dos mais vulneráveis socioeconomicamente, a classe dominante cede ao discurso político dos dominados porque os fundamentos da dominação já não são mais questionados. (OLIVEIRA, 2011, p.39)

4) *A ongenização das lutas no Brasil.*

As organizações não governamentais assumem o papel fundamental de veículo e ponte das políticas sociais, articulando organização, captação e execução de recursos. No Brasil, consolidam o papel de parceria com o Estado, Sociedade Civil e empresas privadas, com a reforma administrativa gerencial da década de 1990, de forma que a estrutura estatal descentralizada fortalece o papel das agências executivas, reguladoras e as organizações sociais, transferindo e legitimando essas organizações como instrumento de prestação de serviços públicos diversos e veículo de participação popular, agentes imprescindíveis na ponte para a governança, auxiliando no exercício de poder político do Estado.

As ONGs incentivam e fomentam a institucionalização e aparelhamento dos movimentos sociais, que precisam “se enquadrar” para ter acesso a determinadas políticas sociais, enfraquecendo as suas organizações autônomas e tradicionais, padronizando as organizações e transformando o perfil de militantes a tecnocratas. Os movimentos sociais necessitam do apoio de equipes com formação universitária (antropólogos, sociólogos, cientistas sociais, bancários, professores) para ajuda-los a elaborar projetos e obter financiamento nacional e internacional.

A “revolução das ONGs” foi tão importante quanto o “combate a pobreza” de forma a remodelar as relações entre Estado e “Sociedade Civil”, sendo a ação das ONGs denominada por Mike Davis de “o Imperialismo Blando” (DAVIS, 2006, p.85, apud ZIBECHI, 2011,

p.30). A formação dessas novas organizações pautadas em um padrão a manter a governabilidade delinea uma sociedade harmônica, onde os conflitos se resolvem pelo consenso e diálogo com o Estado, minando as bases políticas de outras formas de organização, sendo identificado por Zibechi que estamos diante de um mecanismo de controle inmanente.

" (...) es un mecanismo de control construido "con" los militantes sociales y las organizaciones "para" el Estado y el mercado. Por eso podemos decir que estamos ante un mecanismo de control en relación de inmanencia, ya no de exterioridad; por eso hay que hablar no de panóptico (siempre exterior al observado) sino de auto-control colectivo territorial, material y simbólico. Ésa es la potencia del progresismo", (ZIBECHI, 2012, p.81).

Algumas considerações sobre o papel da assessoria técnica popular: desafios, limites, esperanças

Desde a década de 1970 as políticas neoliberais foram reconfigurando o arranjo do capital no país, até o seu estágio mais amadurecido na década de 1990. A desoneração do Estado das questões sociais vai paulatinamente amoldando os trabalhadores, a onda de privatização que se intensifica no Brasil é marcada também pela institucionalização dos movimentos sociais. Embora o arrocho econômico tenha diminuído a qualidade de vida e as condições de trabalho, a teia tramada pela relação Estado-capital repercutiu na pouca resistência por parte dos sujeitos diretamente envolvido, nas parcelas mais pauperizadas da sociedade, aqueles prejudicados com as políticas neoliberais que, encurralados pela lógica, aderem a ideologia neoliberal estabelecendo parcerias com Estado e entes privados, na busca acrítica para conquistar direitos mínimos que outrora surgiam nas bandeiras de luta dos sindicatos ou presentes nas manifestações dos movimentos sociais, greves e ações diretas da década de 1980.

O neoliberalismo promove um amplo desmonte do aparato público, sucateando setores essenciais como saúde, educação, previdência social. A solução proposta pelos governos, alinhados com entes privados é reformar o Estado, se apoiando nas agências financeiras e nas diretrizes propostas pelos EUA e Banco Mundial como a privatização, a redução dos gastos públicos, a desregulamentação da economia e a flexibilização das relações trabalhistas, etc. As reformas atendem ao capital e não ao povo, o discurso estatal passa a enfatizar o quão onerosas são as políticas sociais e a necessidade da "governança" passa a mascarar a condição inconciliável de mediação das contradições do sistema capitalista, "a luta pela ampliação dos direitos sociais encontra barreiras estruturais uma vez que a proposta de reforma do Estado

encaminhada pelos governos desmonta o que foi conquistado” (GOMES; COUTINHO; 2008, p.8).

Ainda que a Constituição Federal aponte conquistas no processo de reconhecimento de direitos dos cidadãos, como reconhecer segmentos antes excluídos, como povos e comunidades tradicionais, a conjuntura neoliberal é mais excludente do campo político do que acessível. A luta pelo acesso aos espaços decisórios leva parte dos movimentos sociais a defender a cidadania como possibilidade de ação social, porém, sem reconhecer os limites estruturais da cidadania no contexto do capitalismo. A perda da criticidade da função do Estado e do aparato do governo burguês consolida um período de refluxo nas lutas sociais.

Os movimentos passam a se configurar conforme a necessidade imposta, se aproximando das instituições governamentais, mas sem as ser, aceitando progressivamente as imposições das agências financiadoras. As ONGs ganham destaque como interlocutoras desta relação, na qual a luta pela cidadania não traz o conteúdo de transformação social. Estas organizações se propõem atuar no combate às desigualdades sociais sem conter no seu discurso o reconhecimento do antagonismo de uma sociedade dividida em classes sociais, acabam por se transformarem em uma ferramenta ideológica a serviço de uma agenda neoliberal.

A crítica aqui posta às ONGs não desconsidera a postura progressista que muitas adotaram desde os anos de 1970. Contudo, o financiamento destas remete à máxima “quem paga a banda, escolhe a música”, reduzindo o espectro de ação destas que passam a ter cada vez mais dificuldades de conseguirem se manter como agentes impulsionadores de transformação, diversas sucumbem englobadas pelo assistencialismo, outras deixaram de existir diante do descompasso junto às fontes financiadoras.

As assistências técnicas populares, aquelas que orientam suas ações aos movimentos sociais, grupos ou coletivos localizados a margem da sociedade, semelhantes as ONGs, vão gradualmente ocupando-se com demandas sociais negligenciadas pelo Estado. Passam, pela capacidade técnica e habilidade profissional dos seus componentes, a produzir estudos, levantar demandas e implementar ações nos territórios de resistência, sem ter na sua prática a perspectiva a qualificação da luta, reconhecendo os processos sociais que estruturam a desigualdade e colocam os sujeitos supracitados na situação de dependentes. Não raro deixam de ser assessores e portam-se como sujeitos, deliberando o que, pela lógica, lhes cabiam apenas a consulta.

Editais, projetos, chamadas públicas, diferentes modalidades que pautam a incidência em situações conflitantes, a partir do desenho de um perfil de entidade capaz atuar na questão problema como algo pontual, quando se trata de uma construção histórica a ser superada. Novamente vê-se as ONGs acessando “lugares” em nome da representação de movimentos. Acessam recursos de fundos diversos (arrecadação pública, iniciativa privada, etc) com o discurso de ter melhores condições de agir junto às bases, desempenhando seu papel na sociedade civil de interlocutor dos movimentos sociais. Ressalta-se a ambiguidade marcante das ONGs, que se opõem ao Estado, mas não às empresas privadas e, conseqüentemente, ao mercado.

Para ZIBECHI, (2011), refletir sobre os movimentos sociais hoje é reconhecer a desnaturação dos mesmos e como a presença de políticas sociais nos espaços e territórios de resistência vem remodelando o campo popular, a fim de sujeitá-los às necessidades da governabilidade, colocando a autonomia destes em cheque.

As políticas sociais ao passo que garantem condições mínimas de acesso a direitos, se firmam, nesta conjuntura, como um novo modo de dominação, onde os conflitos sociais desempenham um papel decisivo, como salienta ZIBECHI, (2012). O apelo a participação social em espaços pré-moldados sob a lógica dos Estado burguês eleva a sociedade civil a categoria de “parceira”. Nesta parceria Estado, capital e movimentos sociais projetam um mundo sem conflitos, propondo a resolução das contradições de forma amigável a partir de consensos.

Nem sempre é interessante reprimir os movimentos quando é possível governá-los e direcioná-los para os objetivos do Estado. Este é o princípio da governança que se deteve o presente trabalho.

Neste sentido, *“só rompendo com a identificação com o Estado nos grupos de população objeto das políticas sociais, é possível produzir movimentos sociais que trabalham por uma transformação social”* (ZIBECHI, 2011, pag. 83, tradução das autoras).

Não se pode estar fora das políticas sociais, nem mesmo se pode negar a relação Estado-movimento social na atualidade, contudo, os movimentos não podem se relacionar de forma passiva e instrumental, nem se submeterem aos interesses do Estado e do Capital. As políticas sociais, mesmo sendo em grande parte conquistas das classes populares, são medidas do Estado e têm por função enfrentar a questão social a partir do consenso. Para isso, elas

precisam ser concebidas como parte do processo de emancipação política reconhecendo que isso por si só não basta.

Ao afirmar isso não pretendemos rejeitar as lutas nestes âmbitos, mas sim subordiná-las aos processos autônomos e articulados, de caráter cada vez mais anticapitalista e antiestatal revolucionário. Não temos a menor dúvida da complexidade destas tarefas, mas é por reconhecer que são extremamente necessárias que apontamos a possibilidade de uma assessoria popular que se some as trincheiras de luta, pautada na educação popular e reconhecimento dos sujeitos da transformação social.

Referências Bibliográficas

AMARAL, R.. *Dos fins do Estado: De socialismo e social-democracia*. Carta Capital. 2013. Consultado em 4 de setembro de 2017

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*, 2011.

CAVALCANTI, F. *Construindo o 'Direito à Cidade'? Das ruas á luta institucional: Uma experiência na Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro (2009-2013)*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal da Bahia, defendida em 13/11/2013.

COUTINHO, J. *As ONGs: origens e (dês) caminhos*. Recherches internationales n.º 73, Paris, 2004.

GOMES, I.; COUTINHO, J. *Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo*. Espaço Acadêmico, v. 8, n. 89, out. 2008.

SCHUMPETER, J. *On the Concept of Social Value*. In Quarterly Journal of Economics, volume 23, 1908-9. Pp. 213-232.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010*, Estudos e Pesquisas Informação Econômica n.º 20, Rio de Janeiro, 2012

GERMANI, G. *Questão Agrária e Movimentos Sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia*. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.).

(GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFSEditora, 2010, v., p. 269-304.

SOUZA, M. *A Prisão e a Ágora: Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

ZIBECHI, Raul. "Política y Miséria: Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas". Buenos Aires, Lavaca, 2011.

_____. "Brasil Potência: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo". Bogotá, Ediciones desde abajo, 2012.